

O ASSENTAMENTO BELA VISTA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO

Marcos Cassin¹
Samila Bernardi do Vale²

Introdução

Esse artigo é resultado da pesquisa que realizamos no assentamento Bela Vista situado no município de Araraquara no Estado de São Paulo, tendo como tema geral a relação entre Trabalho Rural e Educação com o objetivo de analisar o processo de lutas pela Reforma Agrária e os assentamentos como uma nova forma de organização do trabalho no campo e suas demandas por educação.

A escolha do Bela Vista deu-se por se tratar de assentamento resultado da luta dos trabalhadores sem-terra e constituindo-se em um dos projetos de Reforma Agrária na metade da década de 80 do século passado, portanto na efervescência dos movimentos sociais e da redemocratização do país, depois de 20 anos de ditadura militar.

A localização do assentamento também influenciou na escolha, o município de Araraquara faz parte da região administrativa de Ribeirão Preto, composta por mais de 80 municípios³, grande produtora de cana-de-açúcar e laranja e detêm a maior concentração de agroindústrias sucroalcooleira e de cítricos.

Outros dois aspectos que determinaram a escolha foram a escola municipal no interior do assentamento, considerada escola rural padrão, visitada por professores, alunos e pesquisadores, constituindo-se em objeto de várias pesquisas. O segundo aspecto é a produção nos lotes, quase a totalidade deles com plantio de cana-de-açúcar enquanto fornecedores para usina de açúcar e álcool.

Esses elementos nos levaram a entender o assentamento Bela Vista como objeto de investigação capaz de apontar algumas reflexões da relação entre organização

¹Professor Doutor de Sociologia da Educação do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. marcosc@ffclrp.usp.br

²Mestranda em Educação pela UFSCar e Pedagoga pela FFCLRP/USP. samila_84@hotmail.com

³ Segundo os dados do Seade de 1983.

do trabalho nesse novo rural brasileiro e a educação dos domiciliados e dos que trabalham no campo.

Pontal do Paranapanema/SP e a Luta pela Terra.

O marco inicial da atual política de Reforma Agrária ocorreu como fruto da transição democrática, que com a posse do presidente José Sarney em 1985, ainda no final do seu primeiro mandato, sanciona-se o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi o norteador de uma política federal, responsável por assentar muitas famílias de trabalhadores rurais em áreas desapropriadas. Entende-se que esse acontecimento se deu como uma resposta às pressões dos trabalhadores, sendo que no estado de São Paulo

data de 1983, primeiro ano do governo Franco Montoro, uma iniciativa decisiva no sentido de promover experiências de reforma agrária no Estado. Como primeiro governo eleito no Estado após o longo período de governantes pró-ditadura, a gestão Montoro(1983-1986), ela mesma expressão da conjuntura de abertura democrática e, conseqüentemente, premida pela mobilização crescente dos trabalhadores rurais, responderá às pressões por reforma agrária desenvolvendo uma política de assentamentos que se consolidará nos dias atuais (Ferrante, 2005, p.39).

Analisando o contexto regional do interior do Estado de São Paulo é de fundamental importância destacar as experiências vivenciadas em alguns projetos de assentamentos, e principalmente a valorosa mobilização dos trabalhadores em prol da luta pela terra.

Um dos exemplos que pode ser citado, refere-se a luta dos atingidos por barragens no Pontal do Paranapanema, assentados na gleba XV de Novembro no período entre 1983 e 1984, entre os municípios de Euclides da Cunha e Rosana,

apresentando-se enquanto símbolo da política estadual. Constata-se atualmente que na região, o Pontal do Paranapanema destaca-se por possuir o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Contudo essas conquistas são resultantes de fortes discussões e mobilizações, ao longo de décadas, a respeito da questão fundiária. Portanto, quando se trata de abordar a temática da reforma agrária, a região do Pontal tem representatividade no Estado de São Paulo.

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (extremo Oeste Paulista) a questão fundiária tem sido - ao longo de décadas - o ponto fulcral definidor das políticas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo (Ibid, p.46).

A região destaca-se também por ter em seu histórico, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país. Segundo Ferrante,

Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do Estado, sobretudo na primeira metade do século passado. Com a crise da cafeicultura, a fragmentação das propriedades e o precoce fim do colonato só acirraram mais as disputas por terras (Ibid, p.46).

A partir da afirmação citada acima percebe-se que, apesar de suas irregularidades fundiárias a região do Pontal apresenta um desenvolvimento econômico próximo ao de outras regiões.

Porém, devido à insegurança fundiária e a pouca ação por parte dos governos do período da transição democrática em articular uma forte política de assentamento houve como resposta uma mobilização de diversos segmentos sociais.

Ainda nessa região, a insatisfação por parte dos pecuaristas que se sentiam coagidos por uma possível regularização fundiária expressou-se durante o período do Congresso Constituinte (1987-1998) e no surgimento da União Democrática Ruralista. Logo se iniciou um forte embate entre os fazendeiros pecuaristas e os trabalhadores sem terra, que teve como ponto de partida uma intensa articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Em 1990 no primeiro ano do governo Collor, liderado por esse movimento, deu-se início ao mais importante processo de luta pela terra no Estado que se prolonga até hoje.

Araraquara – Região de Ribeirão Preto

Também com relação a questão agrária, Araraquara apresenta-se como uma cidade conhecida por integrar a região de Ribeirão Preto também chamada “Califórnia Brasileira” e pelo grande desenvolvimento agropecuário. De acordo com Ferrante,

a implantação do PRÓ-ÁLCOOL, em 1975, só estimulou a indústria sucro-alcooleira ali baseada, fazendo crescer de forma acentuadíssima a área plantada de cana, bem como o número de postos de trabalho junto a essa atividade econômica. Ao lado da cultura da cana, um outro complexo Agroindustrial se consolidava na região, explorando a produção de citrus (in natura e sucos) (Ibid, p.41-42).

A exigência de mais terras para atender as necessidades da agroindústria levou a expulsão dos trabalhadores moradores nas fazendas em regime de colonato, para as periferias das cidades. Com essa nova situação dos trabalhadores as cidades pequenas transformaram-se em cidades dormitórios e os trabalhadores passaram a constituir-se enquanto assalariados temporários nas colheitas de citros e no corte de

cana, e dessa forma esses ex-colonos passaram a fazer parte da categoria de “bóias-frias”. As péssimas condições de vida que esses trabalhadores enfrentaram, foram o motivo para que a partir de meados de 1980 houvessem fortes mobilizações, em que a categoria reivindicava melhores condições de trabalho e melhores salários.

Para Ferrante,

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado será claramente uma resposta estatal ao potencial de organização e constatação dos bóias-frias. Sua singularidade, no entanto, deve-se a um entrecruzamento bastante particular da mobilização dos trabalhadores rurais e das conjunturas políticas-tanto no âmbito do governo estadual quanto do governo federal. Trata-se de um campo específico das políticas públicas, no qual um jogo de forças sociais irá, direta ou indiretamente, determinar ações no sentido de assentar famílias de ex-bóias-frias em meio a propriedades empresariais das mais produtivas do país (Ibid, p.42).

Essa nova realidade, representada pelos grandes latifúndios de cana-de-açúcar e de citrus, pelo assalariamento e urbanização da força de trabalho do campo levaram a articulações e enfrentamentos dos trabalhadores em oposição aos proprietários de terras e contra o Estado e pela Reforma Agrária objetivando se livrar das péssimas condições de vida e trabalho e da nova condição de assalariado que lhes impunham.

Na região de Araraquara esse processo resultou em dois assentamentos organizados entre 1985 e 2003, onde foram assentadas por volta de 600 famílias na região, instalando-se um na Fazenda Monte Alegre, que contou com 377 famílias em lotes agrícolas nas fronteiras dos municípios de Araraquara, Matão e Motuca, sendo esta a maior área de assentamento da região.

Outro assentamento da região, Bela Vista do Chibarro, foco de nossa análise, é fruto da luta de trabalhadores na ocupação da Usina Tamoio, na qual possuía

extensas áreas de cultivo de cana, vivendo seu auge na década de 50, enquanto complexo agroindustrial. Porém, devido a uma série de problemas a usina passou por uma crise, que culminou com sua falência em 1982.

Foi nesse contexto que em 1984 a usina foi ocupada por trabalhadores Sem-Terras da região de Campinas, que pouco tempo depois foram despejados.

O assentamento Bela Vista

Quatro anos após esse episódio por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara as casas de uma das maiores colônias da usina foram ocupadas por outros trabalhadores.

No ano de 1989, ainda não havia sido regularizada a situação dos assentados, os lotes não estavam demarcados e a ocupação da área não era total, visto que poderia comportar 160 famílias e apenas 79 estavam nas terras. Para que o assentamento fosse oficializado se fazia necessário que o governo federal pagasse a indenização pela desapropriação do imóvel. Estas 79 famílias eram chamadas de pioneiras e entraram no assentamento sem que tivessem passado pelo critério de seleção. Neste momento, o sindicato dos empregados rurais de Araraquara tinha pleno domínio sobre a entrada de famílias no assentamento. No mesmo ano, o INCRA executou um cadastramento para entrada de outras famílias. No entanto, acabou por transferir, para esta área da usina “Urupês”, no ano seguinte, 29 famílias excedentes do projeto Fazenda Reunidas, da cidade de Promissão (Brancaleone, 2002, p.74).

Tal atitude resultou no surgimento de um dos primeiros conflitos dos assentamentos com o Estado. Houve uma intensa mobilização desses trabalhadores para impedir a entrada dessas novas famílias. Nesse momento a Federação dos Empregados

Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, FERAESP, mostrava-se muito preocupada com essa transferência, pois estas famílias estavam articuladas com o MST, estando suscetíveis a disputar politicamente com o sindicato o controle do assentamento. Depois de muitas negociações as famílias vindas do município de Promissão são assentadas no Bela Vista, este fato demarca já de início uma divisão de grupos no interior do assentamento.

Essa divisão se estende na organização da produção, como e o que produzir. Em 1993 a questão da produção de cana para as usinas de açúcar e álcool é pautada nos assentamentos. Esses embates contrapõem-se ao projeto de produção inicial dos assentamentos na região de Araraquara, no início dos anos 80. Em particular no município de Araraquara, os assentamentos Monte Alegre e o Bela Vista trabalhavam com fruticultura e em casos isolados de produção orgânica, mas principalmente com grãos, em especial o milho, que estimulada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foi a primeira cultura a ser produzida em larga escala pelos assentados. Tal produção rendeu bons frutos aos trabalhadores, porém em seguida gerou uma estagnação que resultou na inadimplência de muitos assentados.

Por causa das perdas advindas da produção de grãos, os trabalhadores passaram a olhar a possibilidade de se integrar ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro como uma forma de superar suas dificuldades financeiras.

A produção de cana nos assentamentos de Araraquara teve como forte aliado o governo municipal e os setores que se beneficiariam com a substituição da cultura de grãos para a de cana. Os assentamentos Monte Alegre e Bela Vista tiveram trajetórias diferentes, a introdução da produção de cana, no primeiro, foi mais fácil, não tendo resistência dos assentados. Já no segundo assentamento, a tentativa de implantar o cultivo da cana se deu em 1994, porém foi rejeitada pelas lideranças do assentamento, que mobilizaram os assentados contra essa ação e cobraram do INCRA uma atitude contra essa iniciativa, pois o assentamento enquanto concessão do Estado não poderia ser arrendado, portanto, a produção de cana se constitui em prática ilegal conforme os propósitos da política de reforma agrária.

Depois de grandes embates entre assentados e o INCRA o problema parecia ter sido solucionado, contudo, devido à queda da cultura de grãos muitos assentados

ficaram inadimplentes como já citado acima, e por isso em 1997 essa questão voltou a ser pautada no assentamento Bela Vista. Nesse período a ideia de plantar cana para a usina, provocou grande entusiasmo em grande parte dos trabalhadores, o que repercutiu também na articulação entre a “Associação Independente” e uma usina de Araraquara resultando na consolidação do cultivo da cana-de-açúcar em parte dos lotes do projeto, hoje já em quase todo o assentamento (Ferrante et al, 2005).

As dificuldades, angústias, lutas, resistências, incorporações, desejos e frustrações registradas no caso do assentamento Bela Vista, não representam algo isolado do que se vive nos assentamentos e pré-assentamentos que acompanhamos, como os pré-assentamentos, hoje assentamentos, Santo Dias, Índio Galdino e Mário Lago no município de Ribeirão Preto/SP , o assentamento Zaqueu Machado em Capixaba/AC, os assentamentos Ezequias dos Reis e Bom Jardim no município de Araguari/MG, Zumbi dos Palmares e Rio das Pedras no município de Uberlândia/MG. Devemos também destacar que as perspectivas, desejos e sonhos que aparecem no início dos projetos de assentamentos são em grande parte cultivados nos acampamentos, pelo menos nos que acompanhamos como, Nova Canudos, Terras Sem Males e Irmã Alberta, todos em São Paulo.

O projeto de reforma agrária tem como um dos seus objetivos, a formação de assentamentos que desenvolvam a produção agrícola, principalmente de alimentos, e que integrados ao sistema produtivo regional façam com que esse local se desenvolva juntamente com o projeto de reforma agrária, e todos vivam felizes para sempre. Mas não é isso que a história do assentamento Bela Vista, e as experiências acima citadas têm revelado.

Ao tentarmos entender os meandros das relações famílias acampadas/assentadas e as lideranças dos movimentos que lutam pela reforma agrária, desses com o Estado, do latifúndio com os pequenos produtores, da agroindústria com os trabalhadores assalariados é possível constatar que há muitos impasses. As famílias sem capital de investimento e crédito enfrentam grandes dificuldades para produzir em seus lotes e conseqüentemente são levadas a arrendar suas terras ou produzir matéria-prima para as agroindústrias ou manter-se em condições precárias de subsistência.

Além da preocupação em analisar as condições de vida dos trabalhadores do campo e como o trabalho tem sido organizado no meio rural brasileiro, e mais especificamente nos acampamentos e assentamentos, nesse artigo indicamos alguns aspectos da relação entre trabalho e educação no assentamento Bela Vista.

Trabalho e Educação no assentamento Bela Vista.

A escola municipal no assentamento Bela Vista é uma das representações, entre outras tantas, do meio rural brasileiro marcado por relações de produção capitalistas e uma instituição pública localizada num espaço em que se organiza o trabalho em meio a particularidades. Nesse sentido, a escola Prof^o Hermínio Pagotto passa a ser um importante objeto de análise das necessidades, ou não, de uma educação diferenciada no/do campo.

Essa escola tem sido importante objeto de pesquisas e estudos que defende uma educação escolar específica para a população do campo, sendo uma das referências para os defensores dessa proposta. Contudo, entendemos que essa mesma escola também pode servir a análises que se oponham a educação específica do campo e defendam uma educação universal embasada pela proposta de escola única que aparece em vários textos de Marx e Engels. Tal proposta compreende o trabalho enquanto princípio pedagógico e que a educação deve ser composta pelo ensino intelectual, de ginástica e tecnológico, de modo que possibilite ao sujeito uma formação omnilateral.

Para nós, a partir das pesquisas bibliográficas, visitas a acampamentos e assentamentos e principalmente o acompanhamento durante um ano da rotina do assentamento Bela Vista, conversas informais com assentados, direção, coordenação e alunos da escola Prof. Hermínio Pagotto, entrevistas com ex-alunos, nos levaram a convicção de que devemos falar de educação no campo, de uma educação geral que permita o aluno compreender sua particularidade enquanto elemento de uma totalidade. Que o campo, na sociedade capitalista, se organiza a partir das necessidades e da lógica do capital e portanto é necessário uma educação que através dos conhecimentos gerais e científicos permita com que o aluno compreenda, atue e contribua na solução de

problemas sociais, políticos, culturais e específicos da produção e da organização do trabalho no campo.

Nas entrevistas com ex-alunos da escola Prof. Hermínio Pagotto, jovens entre 15 e 25 anos, buscamos entender as concepções, imagens, expectativas, frustrações e projeções do futuro sobre as relações deles com este novo rural, no que se refere a domicílio, escolaridade, empregabilidade e qualificação profissional.

Foram entrevistados 10 jovens, moradores de casas localizadas na vila do assentamento Bela Vista. Todos eles moram neste local há no mínimo três anos e os mesmos, sem exceção, frequentaram a escola do assentamento. Dentre estes jovens cinco estavam cursando o Ensino Médio em escola pública na cidade, dois trabalhavam no próprio assentamento, dois estão sem exercer nenhuma atividade e um estava concluindo o curso de Educação Física em uma Faculdade particular na cidade de Araraquara.

De acordo com suas trajetórias de vida cada jovem pôde relatar um pouco de suas experiências e impressões, tanto da vida no campo e da relação deste com a cidade, quanto à instituição escolar e as perspectivas para o futuro. Com relação à concepção de escola, os alunos apresentam opiniões semelhantes, sempre comparando a escola do campo com a escola da cidade. Uma das questões levantadas por eles refere-se a atenção e atendimento quase individualizado por parte da equipe gestora, devido ao pequeno número de alunos por sala e a relação escola-família mais próxima, a escola como conhecedora da condição de vida da grande maioria de seus alunos, se não de todos. Segundo um dos entrevistados:

A escola aqui é boa, parece escola particular. Muito boa acolhe as pessoas. A diferença é que lá eles não se preocupam muito com a gente né, eles tão preocupado em ensinar, mas se a gente aprendeu ou não. Aqui eles já são mais centralizados, eles conversam se a gente tiver algum problema.

A distância das moradias até a escola também foi apresentado como um fator que facilita o acesso das crianças e jovens à educação. A estrutura física teve

destaque como fator positivo da escola, por exemplo, a quadra, sala multimídia, cozinha experimental, etc. A fala de um jovem pode ilustrar muito bem a ideia explicitada aqui.

É boa a escola daqui, agora tem as salas aqui de baixo, tem multimail, cozinha experimental é legal essa escola. Aqui é menor se conhece todo mundo, é mais perto da sua casa, acho mais legal a escola daqui, tem uma quadra boa.

Ao serem questionados sobre o ensino os jovens relatam que este é bom, e que o conteúdo é o mesmo em ambas as escolas, mas em seus relatos afirmam também que alguns dos jovens quando vão para a cidade sentem dificuldade de acompanhar o ensino, ou porque não se sentem ambientalizados ou pelo ritmo com que os professores direcionam a aula. Em contrapartida houveram afirmações de que o ensino da escola do campo é fraco, os conteúdos transmitidos nesta instituição não são os mesmos da escola da cidade e por isso os alunos quando vão para a cidade encontram dificuldade e conseqüentemente desestímulo, chegando em alguns casos a desistência. Um dos jovens entrevistados afirma:

Eu sei de meninos que começaram a estudar lá na cidade só que daí eles repetiram e daí eles desanimaram, eles tão parece que trabalhando na roça.

Além da questão levantada a pouco, existem também outros fatores que podem levar o jovem assentado a evasão. Tendo em vista que o ambiente escolar do assentamento é diferenciado, ou seja, a organização do espaço da escola do campo possui uma decoração com elementos da “cultura rural”, infraestrutura privilegiada, além de métodos e instrumentos pedagógicos diferenciados que tem como proposta educar a partir do contexto do sujeito e reafirmar a “cultura rural”, ao se deparar com a realidade das instituições urbanas o jovem não se sente parte deste contexto.

Na escola da cidade há um grande distanciamento na relação professor-aluno ou gestão-aluno, já que a estrutura é outra, as salas possuem grande número de alunos e em alguns casos os estudantes vindos do assentamento são rotulados e colocados em classes cujo rendimento é considerado defasado. Levando em consideração que o sujeito ao frequentar a escola está sendo encucado pela cultura letrada, a qual privilegia os interesses de determinados segmentos sociais entendemos que aquele aluno da escola do assentamento, por ter tido contato com uma educação específica terá mais dificuldade que os demais em se apropriar de tais conteúdos oferecidos na escola do meio urbano. Portanto, entendemos que nesse contexto é permitido aos assentados o acesso mas negado a permanência e qualidade do ensino.

Um dos problemas que nos chamou a atenção é que os alunos que saem da escola do assentamento e vão para as escolas da cidade estão habituados com uma determinada lógica na administração do tempo de aprendizagem, que na grande maioria das vezes não é respeitado na nova escola e isso tem reflexos imediatos na avaliação dos resultados esperados pelos professores e conseqüentemente o fracasso e evasão escolar dos alunos do assentamento têm sido uma rotina. Essa problemática pode ser exemplificada a partir de um relato de experiência de um jovem.

Eu estudava até a oitava aqui, aí eu estudei na cidade mais só que eu achei lá tem amizade com todo mundo, todo mundo se conhece e é maior legal. É cidade muito diferente, por que na cidade tem muito movimento, eu não me dei bem na cidade, porque na cidade se vai lá, nossa é bem diferente, porque se conhece as amizade, as turma lá, as amizade é bem diferente daqui, porque lá se pega amizade tem muitos maconheiro, gente estúpida e aqui se bem diferente porque aqui você aprende uma coisa e lá você aprende outra que você nem tem capacidade, aí eu parei por causa disso que aqui eu aprendia algumas coisas, sei mais ou menos sim. Quando eu fui lá estudar, aprender, aí eu peguei larguei de lá pro ano que vem estudar aqui.

Segundo os relatos a respeito da perspectiva de futuro, mesmo os jovens que não estão exercendo nenhuma atividade ou aqueles que trabalham no assentamento, juntamente com aqueles que estão freqüentando a escola ou faculdade pretendem dar continuidade aos estudos e portanto, apesar de todos relatarem impressões positivas do assentamento, planejam construir o futuro na cidade, argumentando que no assentamento não há oportunidade para a realização de atividades não agrícolas, além da distância e os poucos horários de ônibus para transportar as pessoas do assentamento para a cidade. Porém, mesmo diante de pretensões da construção de um futuro na cidade foi possível notar na fala de alguns jovens a insegurança e o pensamento de que a realização desta perspectiva está longe de ser alcançada. Essa ideia fica clara quando, por exemplo, um dos entrevistados diz:

A eu acho que a gente que não tem estudo assim vai ficar desempregado e vai ter pouco recurso, não vai ter como trabalhar para ganhar dinheiro, vai ter trabalhar para os outros mesmo.

A falta de qualificação e recursos financeiros são dois dos principais motivos argumentados por estes jovens neste levantamento.

E eu queria ir pra cidade aprender lá, pra mim estudar, pra mim trabalhar um dia na frente, mas só que eu não tenho capacidade pra fazer isso, aí eu ajudo minha mãe em casa, vou em roça, ajudo meu pai e vai indo assim.

Em ambas as falas nota-se que a projeção de um futuro na cidade é criada e não realizada. Nesse sentido podemos verificar uma grande frustração quando o assentado depara-se com a sua realidade, ou seja, poucas condições materiais e de formação que dificultam o seu ingresso no mercado de trabalho, fora da atividade no campo.

Concluimos, a partir dessas falas e experiências, que devemos pensar uma proposta de educação no campo que possibilite aos filhos dos trabalhadores condições para que compreendam os fundamentos do processo de trabalho, como elemento do processo de produção capitalista, entendam o desenvolvimento histórico e contraditório da sociedade, que se apropriem intelectualmente do que se produziu pela humanidade no campo das artes, da literatura, das ciências naturais e humanas e compreendam a realidade local como parte de um todo, ou seja, que possui suas particularidades, porém articulada com o conjunto da sociedade.

Considerações Finais

A partir do exposto buscamos compreender as lutas pela terra e educação no assentamento Bela Vista no interior de relações de produção capitalistas e em sua particularidade, como assentamento no interior do Estado de São Paulo, com alto nível tecnológico, boa rede de estradas, que facilitam o escoamento da produção e de deslocamento das pessoas e produtos, concentração de capitais, grandes propriedades rurais, agroindústrias e acentuada urbanização do campo.

Mas mesmo tendo como objeto de análise a particularidade do Bela Vista, ele nos permitiu a apropriação de referências sobre a relação da nova organização do trabalho no campo e a educação escolar dos filhos dos trabalhadores, possibilitando inferir que a organização do trabalho rural não exige uma educação diferenciada no que diz respeito ao ensino regular, educação básica, ainda mais a partir de meados da década de 80 do século passado com mecanização, informatização, insumos químicos e biológicos e o aparecimento das agroindústrias aumentando as oportunidades de acesso a bens de consumo duráveis, as melhorias no transporte, lazer, comunicação, empregabilidade, etc, aproximando os ritmos de vida do meio rural do urbano com suas facilidades, dificuldades e contradições. Nem a especificidade da educação profissional se diferencia em todos os postos de trabalho na cidade e no campo, por exemplo, tratorista, motorista, químico, caldeireiro, administradores e etc todas as atividades que não se diferenciam quanto ao espaço rural ou urbano.

É importante que ao se fazer este conjunto de análises tenhamos a dimensão de que as diferenças não estão entre campo e cidade, mas no atendimento das diferentes classes. Portanto o difícil acesso a educação e o distanciamento da cultura escolar das realidades vividas não é uma condição apenas dos filhos de assentados ou de produtores familiares, mas também das crianças e jovens oriundos de bairros periféricos, de favelas e cortiços das cidades.

As diferentes condições de atendimento escolar às diferentes classes sociais já se apresentam na atribuição de aulas e classes aos professores. Geralmente são poucos os profissionais que tem como opção trabalhar em escolas de periferia ou localizadas na área rural. A essas escolas se destinam, em sua maioria, os profissionais que possuem formação recente e pouca prática docente, ou ainda, docentes em formação. Além de todas as dificuldades no interior das escolas que atentem as classes sociais subalternas, as crianças não contam com a contribuição das famílias nos afazeres escolares dificultando a interiorização da cultura exigida no ambiente escolar. A linguagem utilizada no ambiente familiar não condiz com a norma culta, já que na maioria das vezes os membros dessas famílias são de baixa escolaridade. Outro fator que favorece esta relação de distanciamento família/escola é a rotina exaustiva de trabalho da maioria dos familiares e em muitos casos da própria criança e adolescente.

Portanto, as crianças originárias destas classes ingressam na escola sem as noções prévias da cultura escolar, diferentemente das crianças de classe média e alta que incorporam em seu cotidiano familiar, práticas e conhecimentos culturais extra escolares, como por exemplo, teatro, cinema, música. Além desse fator levantado acima existe a falta de acompanhamento dos familiares nas tarefas propostas pela escola, pois os pais em grande parte são analfabetos e a rotina de trabalho muitas vezes não permite a disponibilidade de tempo para atender as necessidades dos filhos. Nesse sentido, podemos avaliar que o nível econômico e cultural das famílias é um dos determinantes no êxito das crianças em ambiente escolar, tal como hoje ele é organizado. Esse fato explica o porquê do grande número de reprovações e evasões em escolas onde o público alvo são filhos de trabalhadores assentados, favelados, etc. Portanto, as diferenças entre dois universos escolares não estão entre a cidade e o campo, mas, entre as escolas que atendem os filhos da elite e as escolas que atendem os filhos dos

trabalhadores. Ou seja, a educação escolar tem caráter de classe, sendo oferecida diferenciadamente para a classe que detêm os meios de produção e para a que não detêm.

Bibliografia

- BRANCALEONE, Ana Paula. *Do rural ao urbano: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana*, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) FFCLRP/USP. Ribeirão Preto.
- ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Campi).
- FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY Jr., Osvaldo. *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20anos)*. São Paulo: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo, 2005.
- IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa, Moraes, 1978.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP. IE,1998.
- _____. *O Novo Rural Brasileiro*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP. IE, 2002.
- _____. *O que é Questão Agrária*. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos, 18).
- _____. *Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads*. In: www.eco.unicamp.br acesso em: 02/03/2007

_____. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992-98*. In: www.eco.unicamp.br acesso em: 02/03/2007

VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Abril cultural: Editora Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos, 9).

WEBER, Marx. *Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha*. In: *Ensaio de Sociologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, sd.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. *Uma Escola de Raiz*. In:

<http://www.desafios.org.br/Edicoes/10/artigo12954-1.asp?o=s> Acesso em: 27/05/2007

www.ibge.gov.br/home/ Acesso em: 10/04/2007